



*Prof. Dr. Emerson Antonio Galvão*

OAB/MG: 79.160 OAB/SP: 436.161  
MAEP: 872.194 - OMR: R003228  
TUNESCO: T.088.101.219.338N

**MOÇÃO DE PROTESTO, REPÚDIO, ALERTA DE RESPONSABILIDADE E RECOMENDAÇÃO Nº  
001/2021**

Os Conselheiros Municipais de Saúde de Igarapava abaixo subscritos, tendo em vista as atribuições do encargo, nos termos da Lei Federal 8142/90; Lei Municipal 552/2013 e Regimento Interno do Conselho Municipal de Saúde de Igarapava, homologado pelo Decreto 2179/2019 em seu artigo 16, I e, neste ato representando a Irmandade da Santa Casa de Igarapava, bem como a população usuária do SUS, vem apresentar a presente moção em face dos seguintes pontos:

- Em 23 de julho de 2019 foi Decretada a Intervenção administrativa na modalidade requisição por parte do Poder Executivo junto ao Hospital Santa Casa de Igarapava - Decreto 2157/2019.
- Naquela oportunidade foi atribuído ao Conselho Municipal de Saúde a responsabilidade pela promoção de resolução que endossava aquela providência, o que se deu por meio da "Resolução 02/2019 do CMS";
- Ao Assumir o comando do Hospital foi recebido pelo interventor relatório promovido pela diretoria da Irmandade no qual constavam todos os dados, aspectos e documentos, bem como certidões Negativas de Débitos e outros, que demonstravam a situação de higidez do Hospital e a plenitude de seu funcionamento, algo também conhecido pelo Conselho da época, tanto que, na referida resolução nada se fala a respeito do funcionamento operacional do Hospital;
- Este relatório não foi impugnado pelo Município nos Autos dos processos que tramitam no fórum de Igarapava principalmente nos Autos 1001390-77.2019.8.26.0242 (ACP), 1001422-82.2019.8.26.0242 (Anulatória de ato administrativo) ainda em trâmite;
- Ato contínuo em agosto de 2019 através do Decreto 2160/2019 o Prefeito Municipal determinou criação de equipe que supostamente acompanharia os trabalhos desenvolvidos pelo Interventor Marcelo Ormeneze à frente do Hospital: Confira-se:





Prof. Dr. Emerson Antonio Galvão

OAB/MG: 79.160 OAB/SP: 436.161

MASP: 872.194 - OMB: R003228

UNESCO: T.055.101.219.338N



## Prefeitura Municipal de Igarapava

DECRETO Nº 206 DE 06 DE AGOSTO DE 2019

### REPRESENTANTE DA LOJA MACÔNICA UNÃO IGARAPAVENSE

André Luis de Almeida

CPF: 167.210.825-45 - RG: 24.161.274-3

Art. 1º - A comissão ora nomeada se reunirá quinzenalmente para avaliar as ações do interventor devendo ser confeccionado ata e comunicação à Prefeitura Municipal de Igarapava/SP, Câmara de Igarapava, Conselho Municipal de Saúde e Ministério Público do Estado de São Paulo.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário e sendo impresso em duas vias.

GOVERNO DO MUNICÍPIO DE IGARAPAVA  
Ans. 10.040.01.000 de 2013

JOSÉ RICARDO RODRIGUES MATTAR  
Prefeito Municipal

REGISTRADO - Publicado e arquivado em livro próprio, data supra

- Passados um ano e meio da intervenção recentemente prorrogada qual é o quadro comprovado com documentação já encaminhada pelo Conselheiro Municipal de Saúde Emerson Antonio Galvão ao grupo mediante aplicativo e grupo do conselho (WhatsApp) constata-se o seguinte:

- 1 - O Hospital não possui corpo clínico devidamente escolhido com o obediência das leis e normativas do Conselho Federal de Medicina - (documentos que foram solicitados e oportunizados ao interventor, porém, sem qualquer resposta - E-mail também copiado ao Conselho bem como compromisso realizado pelo advogado do mesmo em 15 de janeiro de 2021;
- 2 - O Diretor Clínico do Hospital mediante documento assinado de próprio punho, pediu desligamento desta qualidade, no entanto, nos documentos oficiais do Hospital - Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde - CNES, o mesmo ainda "aparece" como Diretor Clínico, havendo inclusive anomalia de carga horária e excesso de vínculos empregatícios. Desta forma fica comprovada a irregularidade de funcionamento do corpo clínico estabelecido na Santa Casa;
- 3 - Há dezenas de protestos alocados no cartório local em nome da Irmandade e não de Marcelo Ormeneze o que impõe responsabilidades aos proprietários do Hospital e não ao interventor, no entanto, estes protestos foram promovidos em data posterior a assunção do comando do Hospital por Marcelo Ormeneze;
- 4 - As Certidões Negativas de Débitos relativas ao Hospital estão todas vencidas e sem elas, está prejudicada a obtenção da revalidação da Certificação CEBAS bem como comprometido o próprio convenio com o Município em razão do previsto no artigo 116 da Lei 8666/93, isto por si, já torna irregular a própria prorrogação e permanência de convênio entre o Município e aquele Hospital com base no que estabelecem as leis. Fatos agora conhecidos pelo conselho mediante os mesmos documentos já encaminhados e confissão do próprio interventor em 15/01/2021, onde





*Prof. Dr. h.c. Emerson Antonio Galvão*

OAB/MG: 79.160 OAB/SP: 436.161  
MA SP: 872.194 – OMB: R003228  
UNESCO: T.055.101.219.338N

assumiu não parar valores no entanto justificando tê-los suspenso após comunicação à receita federal, todavia requerido ao mesmo documentos probatórios do que disse, não os encaminhou.

5 – O hospital não vem cumprindo nem pagando com regularidade os valores relativos ao FGTS;

6 – Há protestos em específico promovidos pela CPFL que importam em execução de valores em montante superior a 3, 5 (três milhões e meio de reais) apenas com a CPFL devido a acordo realizado pelo interventor;

7 – Não há alvará expedido pelo Corpo de Bombeiros para o funcionamento regular do Hospital;

8 – Se acumulam as denúncias de falta de atendimento, trabalhadores da Santa Casa sem os devidos paramentos para proteção contra o Covid-19 entre outras irregularidades. Principalmente máscara.

Além disto:

1 – Misteriosamente após 2019 parece ter cessado a atuação do Conselho Municipal de Saúde enquanto fiscalizador e cumpridor do seu dever em face do Hospital Santa Casa, uma vez que:

- a) Documentos solicitados por Conselheiros são simplesmente ignorados pelo interventor e pelo Município;
- b) Os relatórios previstos no referido Decreto 2160/2019 **jamais foram exigidos pelo Conselho Municipal de Saúde**, deixando assim sem qualquer fiscalização as ações promovidas pelo Interventor Marcelo Ormeneze, até porque, também igualmente jamais foram devidamente encaminhados ao Conselho conforme previa seu artigo 2º.
- c) Situação absolutamente idênticas àquelas que supostamente foram base para promoção da intervenção, tais como: Falecimento de menor, situação relativa à Saúde mental, vigilância Sanitária, hoje ocorrem com total omissão por parte do Conselho Municipal de Saúde enquanto órgão fiscalizador. Isto venho comprovado pela detecção de trabalhadores daquele hospital sem o uso de máscara no desenvolvimento de seus trabalhos, bem como ausência de relatórios e cumprimento da Legislação em caso de falecimento de menor requisitado por outro Conselheiro, o que até agora, não foi promovido;
- d) O Conselho não tem exigido do Município e nem este tem livremente apresentado os relatórios previstos no item “X” do artigo 3 da Lei Municipal 552/2013 relativo à prestação de contas municipais, bem como nenhuma prestação de contas oficial foi apresentada devidamente por parte da Intervenção, o que deveria ocorrer trimestralmente, entre outras diversas irregularidades.





*Prof. Dr. h.c. Emerson Antonio Galvão*

OAB/MG:79.160 OAB/SP.: 436.161  
MASP:872.194 – OMB: R003228  
UNESCO: T.055.101.219.338N

Tudo isto explanado é a presente moção para apresentar e requerer:

- **Primeiro** – O repúdio dos conselheiros ora signatários pela constatável omissão promovida pelo Conselho Municipal de Saúde ao deixar de exigir e ao cumprir com suas atribuições expressamente previstas em lei, agindo de forma irregular e absolutamente diferente do ano de 2019 quando, supostamente no exercício das mesmas atribuições e funções que ora se demonstra, sugeriu intervenção do poder público em entidade particular. Tal proceder leva a crer da ineficácia do Conselho razão pela qual, necessário se faz a comunicação ao Conselho Nacional de Saúde senão promovidas imediatas providências para regularizar e garantir a isenção e a impessoalidade do Conselho conforme estabelecem as leis de regência.

- **Segundo** – A flagrante omissão e conivência, culposa ou dolosa do Conselho Municipal de Saúde de Igarapava na correta investigação e cobrança de fatos, dados, documentos, relatórios, e outros, o que põe em dúvida a isenção administrativa deste Conselho fazendo-se crer haver preferências entre este conselho cuja finalidade é a defesa geral do SUS para beneficiar organismos municipais ou por ele norteados, como é o caso da absoluta ausência de fiscalização dos atos da intervenção conforme aqui exposto ainda que previstos em Decreto próprio.

- **Terceiro** – Alertar aos conselheiros que, diante destas exposições, serão corresponsáveis pelos eventos futuros e já ocorrentes que prejudicam diretamente o interesse público de saúde, estabelecendo que, por ser a função de Conselheiro Municipal de Saúde de relevância pública, sua omissão mediante o conhecimento das presentes irregularidades pode incidir nos crimes previstos na Lei de Improbidade, bem como conivência, concussão e outros crimes de natureza administrativa, penal e cível pessoal, inclusive;

- **Quarto** – Recomendar que diante deste quadro e principalmente porque, **nenhuma das prorrogações da intervenção**, inteiramente custeada por recursos do SUS foi precedida de apreciação de qualquer relatório ou mesmo de endosso (chancela e concordância) por parte do Conselho Municipal de Saúde, recomendar que:

- a) Em face do efetivo abuso de autoridade do prefeito municipal ao prorrogar a intervenção sem qualquer aprovação ou consulta ao Conselho Municipal de Saúde que endossasse efetivamente esta necessidade contrariando os termos da Lei 8142/90 e Lei Municipal 552/2013;
- b) Pela ausência de transparência seja no manejo das verbas e mediante as irregularidades aqui descritas e comprovadas mediante os documentos que já se encaminhou;
- c) Sob pena de completa incapacidade de subsistência do Hospital Santa Casa o que promoverá impacto direto na sociedade de Igarapava, que **este conselho cumpra com sua função e promova as seguintes providências:**

I – Emita resolução recomendado ao prefeito municipal que apresente todos os documentos aqui descritos bem como promova as medidas de apuração das irregularidades com a respectiva abertura dos procedimentos administrativos a fim de promover a ampla defesa e o contraditório.



*Prof. Dr. h.c. Emerson Antonio Galvão*

OAB/MG: 79.160 OAB/SP.: 436.161  
MASP: 872.194 – OMB: R003228  
UNESCO: T.055.101.219.338N

II – Por ausência de endosso do Conselho Municipal de Saúde para as prorrogações bem como ausência de transparência dessa intervenção, seja pelo Conselho Municipal de Saúde recomendada a suspensão da Intervenção determinando-se imediatamente no prazo de 30 (trinta dias) os procedimentos de transição para entrega daquele hospital a seus proprietários;

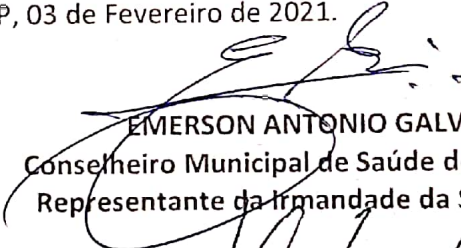
III – Que seja encaminhada cópia desta moção a todos os conselheiros bem como ao Ministério Público do Estado de São Paulo ao promotor com atribuições de defesa da Saúde;

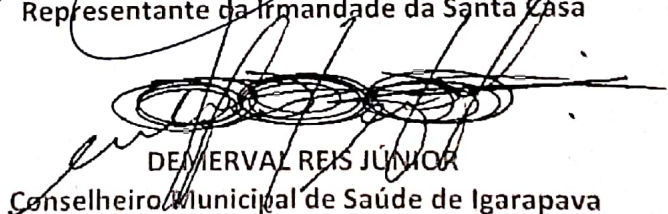
IV – Que seja encaminhada cópia desta moção à Câmara Municipal de Igarapava para as providências que eventualmente entenderem necessárias.

Por fim a presente visa assegurar e isentar os ora signatários de responsabilidades vindouras uma vez devidamente anunciado os problemas, a necessidade das medidas ora sugeridas, bem como o melhor interesse da comunidade de Igarapava.

Fica facultado a outros conselheiros, caso queiram endossar a presente mediante assinatura.

Em Igarapava-SP, 03 de Fevereiro de 2021.

  
EMERSON ANTONIO GALVÃO  
Conselheiro Municipal de Saúde de Igarapava  
Representante da Irmandade da Santa Casa

  
DEMIVAL REIS JÚNIOR  
Conselheiro Municipal de Saúde de Igarapava  
Representante dos Usuários do SUS – Eleito democraticamente